



# cultura

> PLANOS DE AÇÃO REGIONAL <

*16 anos depois, um novo referencial  
estratégico regional para a Cultura.*

**Um ano depois, que resultados e  
perspetivas?**

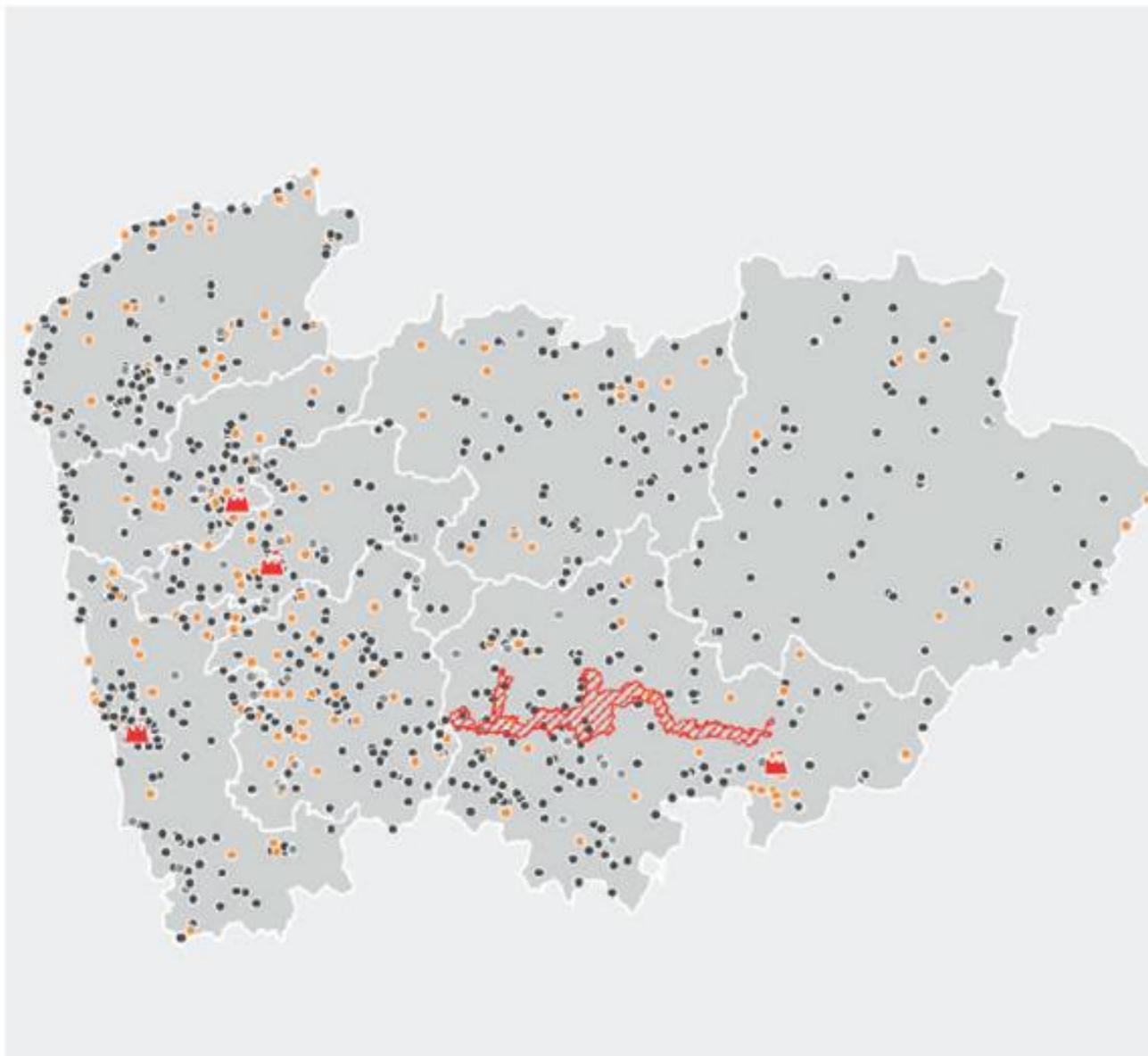


Figura 64 - Bens imóveis culturais classificados em 2020  
Fonte: DGPC<sup>79</sup>

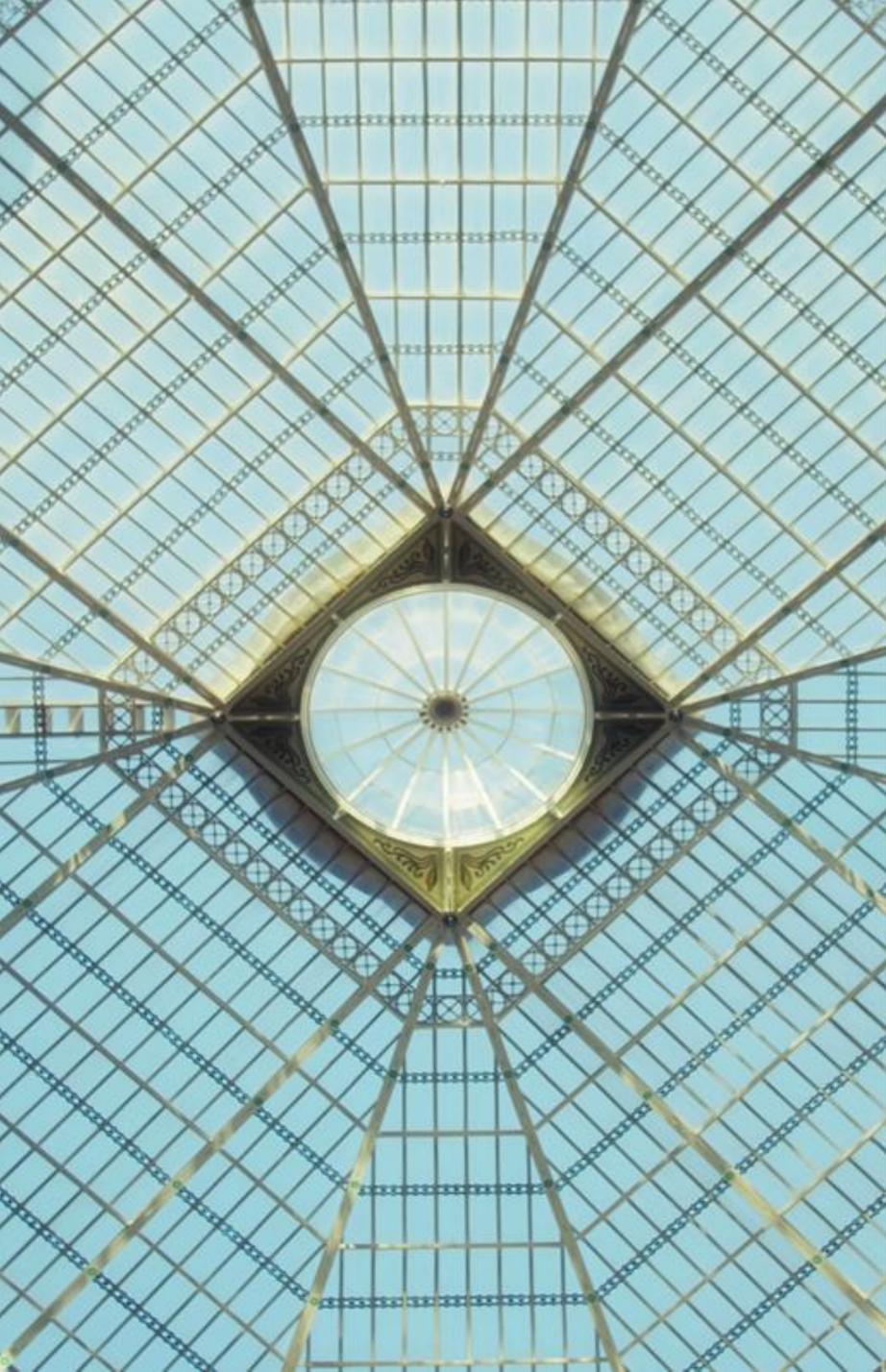
**Património classificado  
em todo o Norte!**

*Cultura como agente de  
coesão territorial.*



# Rotas do Norte

*Rotas de Património Cultural,  
Arte e Arquitetura  
Contemporâneas*



CCDR  
NORTE

P TURISMO  
NORTE  
PORTUGAL  
ORIGEM  
E ORIGINAL

**ORGANIZAÇÃO**  
+  
**CREDENCIAÇÃO**  
+  
**PROMOÇÃO**  
+  
**REDE**

[modelo de gestão colaborativo, acompanhamento e capacitação]



**As “Rotas do Norte” atuam sobre uma lacuna regional** sentida há décadas no mapeamento, estruturação, ativação e promoção de itinerários turísticos dos recursos culturais.

## Rotas do Norte: um instrumento triplo

- 1. Organizam itinerários/diretórios de recursos patrimoniais com elevado interesse turístico.**
- 2. Abrem caminho à capacitação de agentes e servem de “selo” público.**
- 3. São um “selo” de “admissibilidade” para o acesso a financiamento comunitário do NORTE 2030.**



## Rotas do Norte

432 Pedidos recebidos

392 Análises concluídas

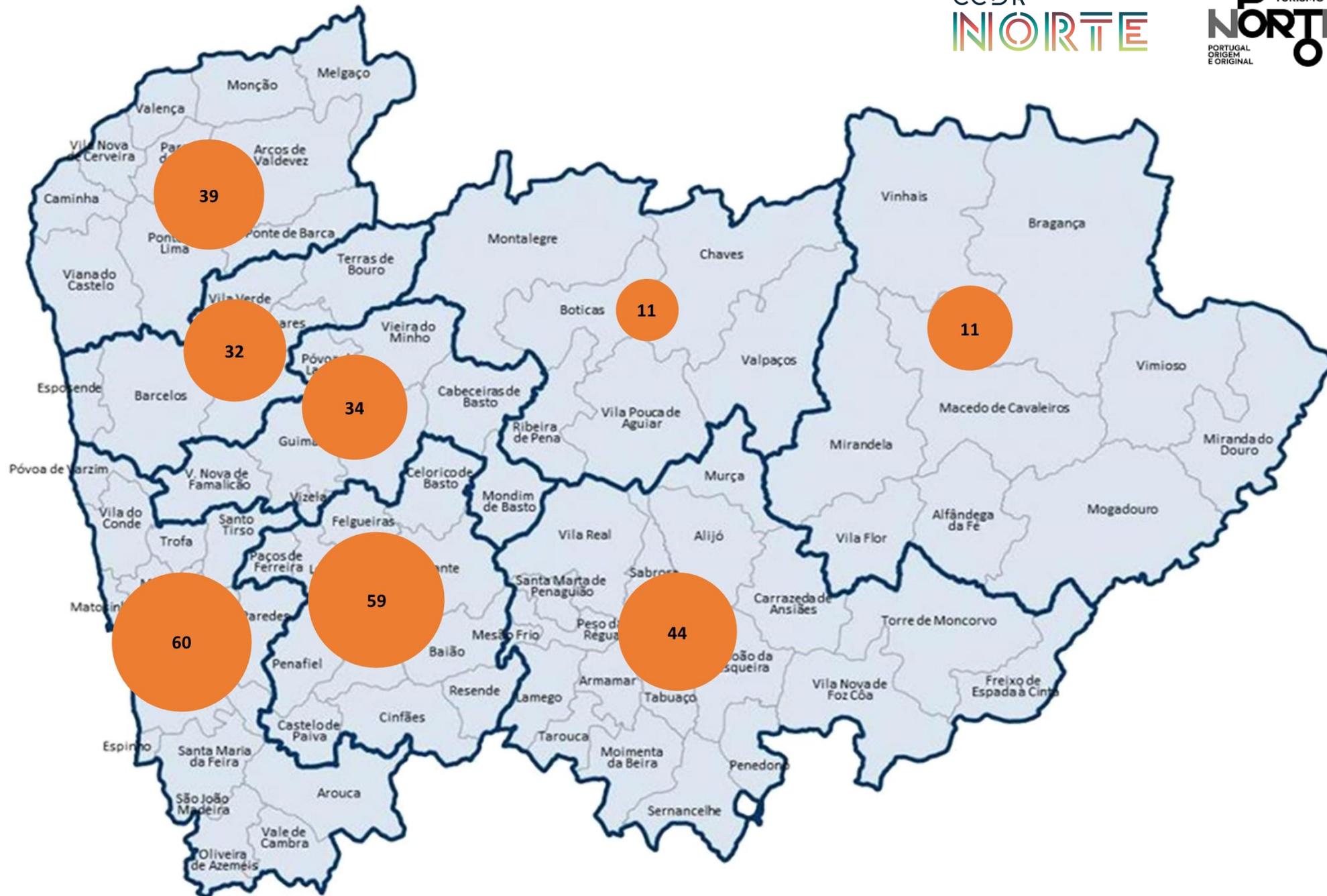
**301 Deferidos**

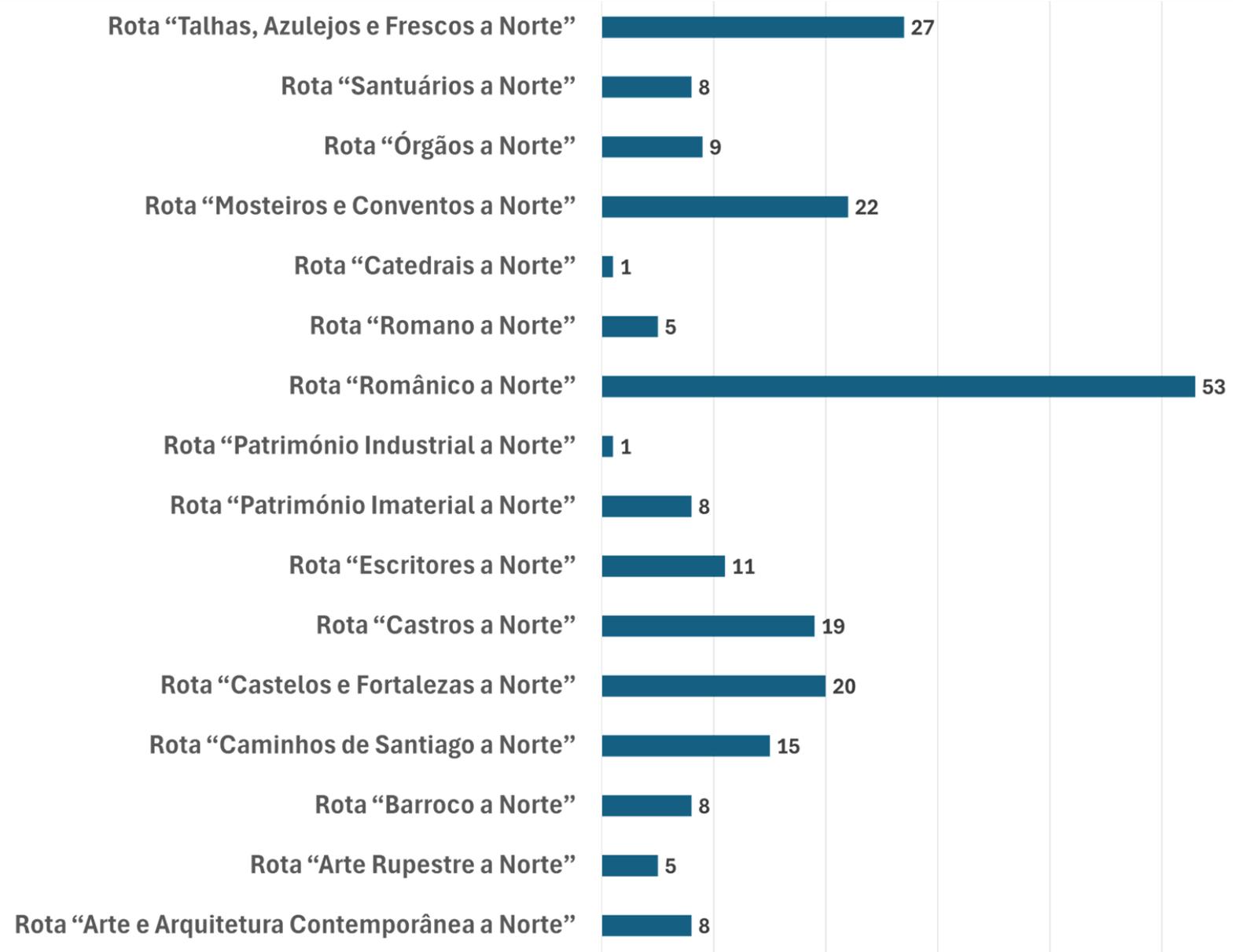
27 Arquivados

64 Indeferidos

39 Em análise

# Rotas do Norte – Distribuição por NUTS 3



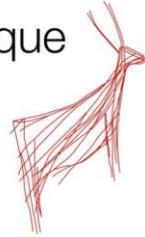


# Rotas do Norte:

*um modelo de gestão colaborativo e inteligente*



Fundação Coa Parque



SERRALVES



FUNDAÇÃO  
CUPERTINO DE  
MIRANDA  
VN FAMILICÃO



ROTA DO  
ROMÂNICO



JARDINS  
HISTÓRICOS





## Rotas do Norte: financiamento

AVISO NORTE2030-2024-31 Cultura - Iniciativas Âncora Regionais (“Rotas do Norte”)

**27 000 000,00 €**

AVISO NORTE2030-2024-92 Programação Cultural de Rotas Regionais de Património Cultural (“Rotas do Norte”)

**3 000 000,00 €**

AVISO NORTE2030-2025-14 **Rede de Arte e Arquitetura Contemporânea do Norte de Portugal**

**3 000 000,00 €**

AVISO NORTE 2030 - **“Rotas do Norte” – Co-gestão, Capacitação e Promoção** de Rotas de Património Cultural, Arte e Arquitetura Contemporâneas

**1 000 000,00 €**

## Cultura Mudanças na arqueologia

## Norte lança rede regional de pólos para acabar com “buraco negro”

Espólios dispersos vão ser reunidos, inventariados e abertos à investigação em oito pólos geridos por autarquias, museus ou universidades

Manuel Carvalho Texto  
Nelson Garrido Fotografia

O arqueólogo Luís Raposo olha para o estado em que se encontram muitos dos espólios das milhares de escavações arqueológicas feitas nos últimos anos em Portugal e deixa um aviso: “Corremos o risco de estar a criar um buraco negro para o futuro”. Para o evitar, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Norte, CCDR-N, vai lançar em Abril um programa de investimento de 4,8 milhões de euros para a criação de uma rede regional de oito pólos arqueológicos para onde serão canalizados os espólios conservados em condições deficientes, bem como os que entretanto resultarem dos trabalhos de campo dos arqueólogos. Para lá da guarda, a rede prevê trabalhos de inventariação e digitalização e a criação de condições para o acesso de investigadores ou do público em geral aos espólios.

Luís Raposo, vice-presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, antigo director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e membro do Conselho Executivo mundial do Conselho Internacional de Museus (ICOM, na sigla em inglês) não conhece o projecto em detalhe, mas não tem dúvidas: “A ideia parece-me muito bem”. O também arqueólogo Lino Tavares Dias, académico e antigo director-geral de Cultura do Norte, sabe o que está em causa e concorda que “a ideia é bonita”, embora aguarde para ver como “irá ser materializada”. Em causa está, afinal, a “tentativa de encontrar uma resposta para um problema nacional que tem uma maior expressão no Norte”, na opinião de Jorge Sobrado, vice-presidente da CCDR-N com a tutela da Cultura. Na situação actual, não se sabe ao certo que espólios existem, em que estado de conservação muitos se

encontrarão e, em certos casos, onde estão depositados.

Durante anos, as investigações arqueológicas foram determinadas pelas necessidades dos investigadores ou pelas iniciativas das instituições nacionais da Cultura. Os achados desses trabalhos de campo iam, regra geral, para os museus regionais ou, em casos de especial valia patrimonial, para o MNA. Quer Lino Tavares Dias quer Pedro Pereira, um jovem arqueólogo com doutoramento no período romano, tiveram necessidade de estudar algumas peças para as suas investigações e sabiam que os espólios que procuravam estavam em Lisboa. Entretanto, o aperto da legislação para a salvaguarda do património e a multiplicação de trabalhos de campo mudaram por completo essa realidade estável e previsível.

Desde que o Estado exigiu “escavações preventivas” em construções de grande dimensão ou em áreas patrimonialmente sensíveis, em especial nas cidades, o trabalho dos arqueólogos cresceu e os materiais recolhidos dispararam. A “arqueologia programada”, feita com objectivos de investigação, seguiu os mesmos caminhos. Como consequência, os espólios recolhidos multiplicaram-se e tornou-se impossível garantir a existência de uma instituição centralizada, ou gerida a partir do centro, que os pudessem acolher. Foi assim que, por todo o país, nasceram depósitos promovidos pelos municípios. Se os do Porto, Famalicão, Vila Pouca de Aguiar ou Chaves foram credenciados pelas instâncias do Ministério da Cultura, outros existem ao sabor das sensibilidades dos municípios para a arqueologia.

A informalidade, agravada nos casos onde os quadros dos municípios não têm arqueólogos, foi gerando o que a arqueóloga Jacinta Buga-



Escavações arqueológicas em Castro Laboreiro e em Mondim de Basto

**A rede regional quer resolver os problemas de todos os depósitos não certificados pela tutela e dar resposta aos arqueólogos ou empresas que têm de entregar os achados do seu trabalho de campo**

lho definia já em 2018 como uma “gestão caótica e sem ordenamento consistente”. Os arqueólogos, que são obrigados pela lei a cuidar dos espólios durante o tempo necessário para o seu estudo, têm por vezes dificuldade em depositá-los no final desse prazo. Há casos de espólios guardados nas suas casas, há situações de protesto de profissionais que não conseguem cumprir a lei, como há aquelas em que os depósitos são instalados nas garagens onde os municípios guardam máquinas ou equipamentos. Ainda assim, nota Pedro Pereira, pode ser exagerado falar numa situação de risco de destruição do património: “Os casos variam muito, mas os arqueólogos entregam os espólios em contentores padronizados e cumprem protocolos”, diz. Independentemente das condições

de conservação, a acumulação de espólios sem inventariação, catalogação e divulgação está a criar o “buraco negro” que preocupa Luís Raposo, colaborador do PÚBLICO, bem como Jacinta Bugalhão.

A iniciativa da CCDR-N procura dar resposta a estas preocupações e começou com um levantamento da situação no terreno que culminou em reuniões onde participaram os cerca de 180 arqueólogos que trabalham nos municípios. Logo no início ficou determinada uma regra: “Se os municípios tiverem boas condições para guardar os espólios, a ideia não é ir lá buscá-los: se estão lá bem, lá devem permanecer”, diz Jorge Sobrado, mas princípio que merece aplauso a Lino Tavares Dias. A rede regional destina-se assim a resolver os problemas de todos os depósitos não certificados pela tutela e para dar resposta aos arqueólogos ou empresas que têm de entregar os achados do seu trabalho de campo.

As redes “têm toda a lógica”, diz Pedro Pereira e, se forem bem criadas, “podem ficar nos anais da arqueologia portuguesa”, complementa Lino Tavares Dias. De acordo com o “referencial técnico” para a sua criação e funcionamento, validado no mês passado pelo Património Cultural-IP, cada pólo terá funções de acolher, inventariar, tratar e digitalizar em imagens os achados, para lá de os abrir a investigadores e à comunidade. “A primeira prioridade é salvar e preservar o património”, diz Jorge Sobrado, mas a função de “mediação

# Uma rede regional de Polos Arqueológicos

*Colmatar a falha de locais qualificados para depósito, gestão, investigação e dinamização de espólios de Arqueologia*



CCDR  
NORTE



**REFERENCIAL TÉCNICO**

+

**PROCESSO DE CREDENCIAÇÃO**

+

**REDE COLABORATIVA**

[acompanhamento e dinamização]

# Uma rede regional de Polos Arqueológicos

## 1. Alto Minho

Município de Viana do Castelo

## 2. Cávado

Município de Braga & Universidade do Minho

## 3. Ave

Sociedade Martins Sarmento

## 4. AMP

Associação de Municípios Terras de Santa Maria/Município de Santa Maria da Feira

## 5. Tâmega e Sousa

Município de Marco de Canaveses & Património Cultural, IP

## 6. Alto Tâmega e Barroso

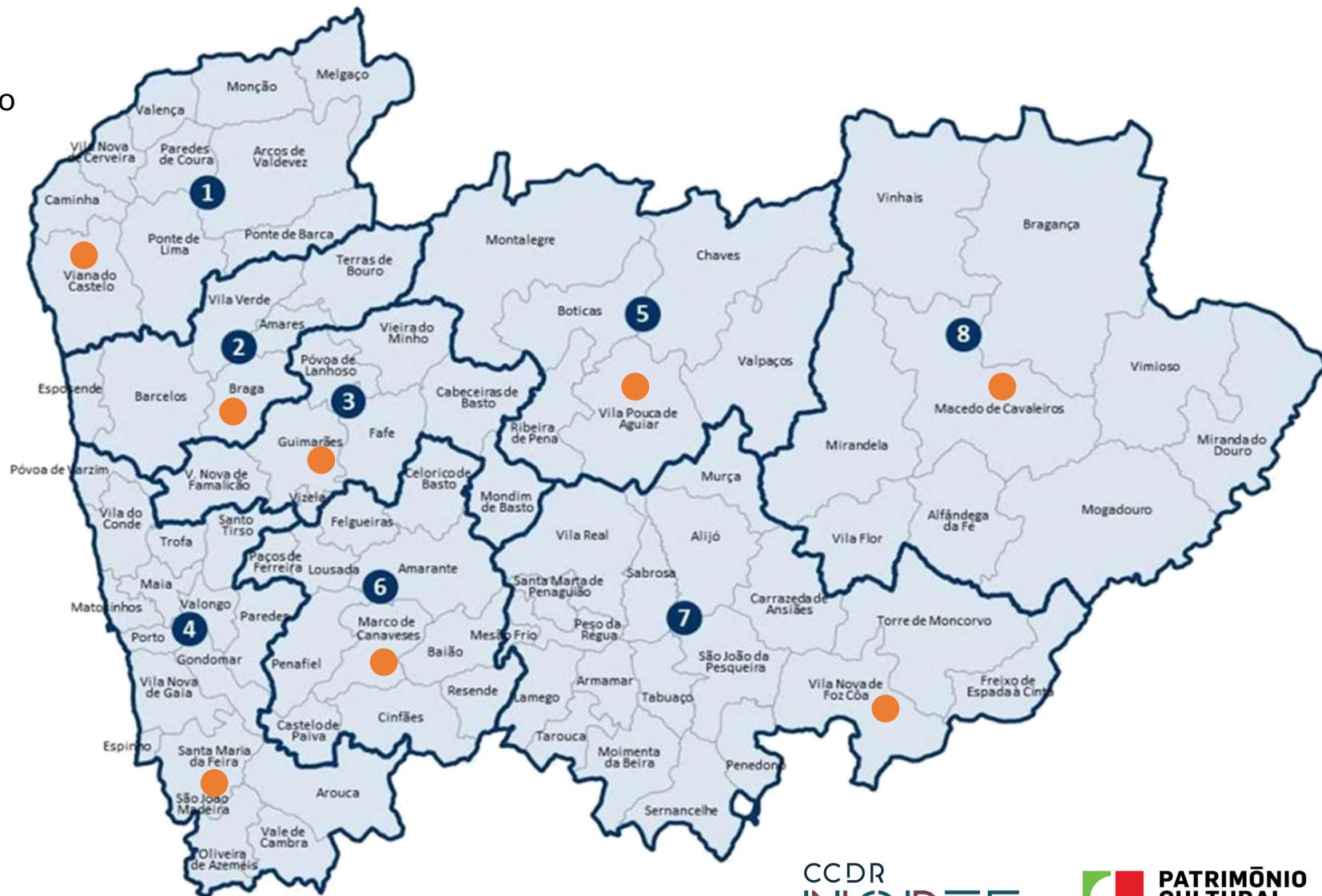
Município de Vila Pouca de Aguiar

## 7. Douro

Município de Vila Nova de Foz Côa

## 8. Terras de Trás-os-Montes

Município de Macedo de Cavaleiros





- ✓ **Inquérito aos espólios**  
(2024/fev2025)
- ✓ **Reuniões de projeto** (2024/2025)
- ✓ **Divulgação de referencial técnico**  
(1º quadrim. 2025)
- ✓ **Abertura de Aviso** (abril 2025)
- ✓ **Visitas aos locais** (2025)
- ✓ **Desenvolvimento de projetos + 1ª fase de credenciação** (em curso)
- ✓ **Implementação dos projetos**  
(2026/2028)
- ✓ **Gestão, dinamização e capacitação**

AVISO NORTE2030-2025-15 Rede de Polos Arqueológicos da Região Norte

**4 800 000,00 €**



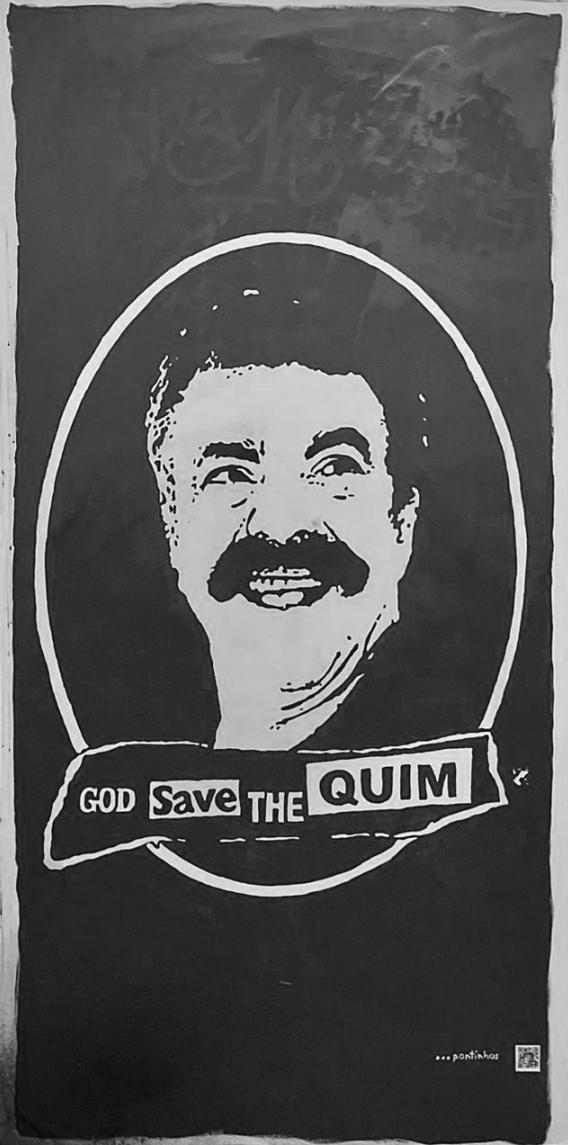
# Uma rede regional de Centros de Criação

*Inexistência de espaços  
qualificados para a atração e  
radicação de criadores*



# *Uma rede regional de Centros de Criação*

- ✓ Reuniões de projeto (2024/2025)
  - ✓ Divulgação de **referencial técnico** (março/abril 2025)
  - ✓ Visitas aos locais (2025)
  - ✓ Abertura de Aviso (abril 2025)
  - ✓ **Desenvolvimento de projetos + credenciação** (em curso)
  - ✓ Implementação dos projetos (2026/2028)
  - ✓ Gestão, dinamização e capacitação
- 
- ✓ AVISO NORTE2030-2025-16 Rede Regional de Centros de Criação **4 800 000,00 €**





# Rede de Museus de Território

*Proteção e dinamização de  
patrimónios locais e valorização  
turística de identidades  
territoriais*

## *Uma rede regional de Museus de Território*

77 Pedidos recebidos

73 Análises concluídas

**54 Deferidos**

5 Arquivados

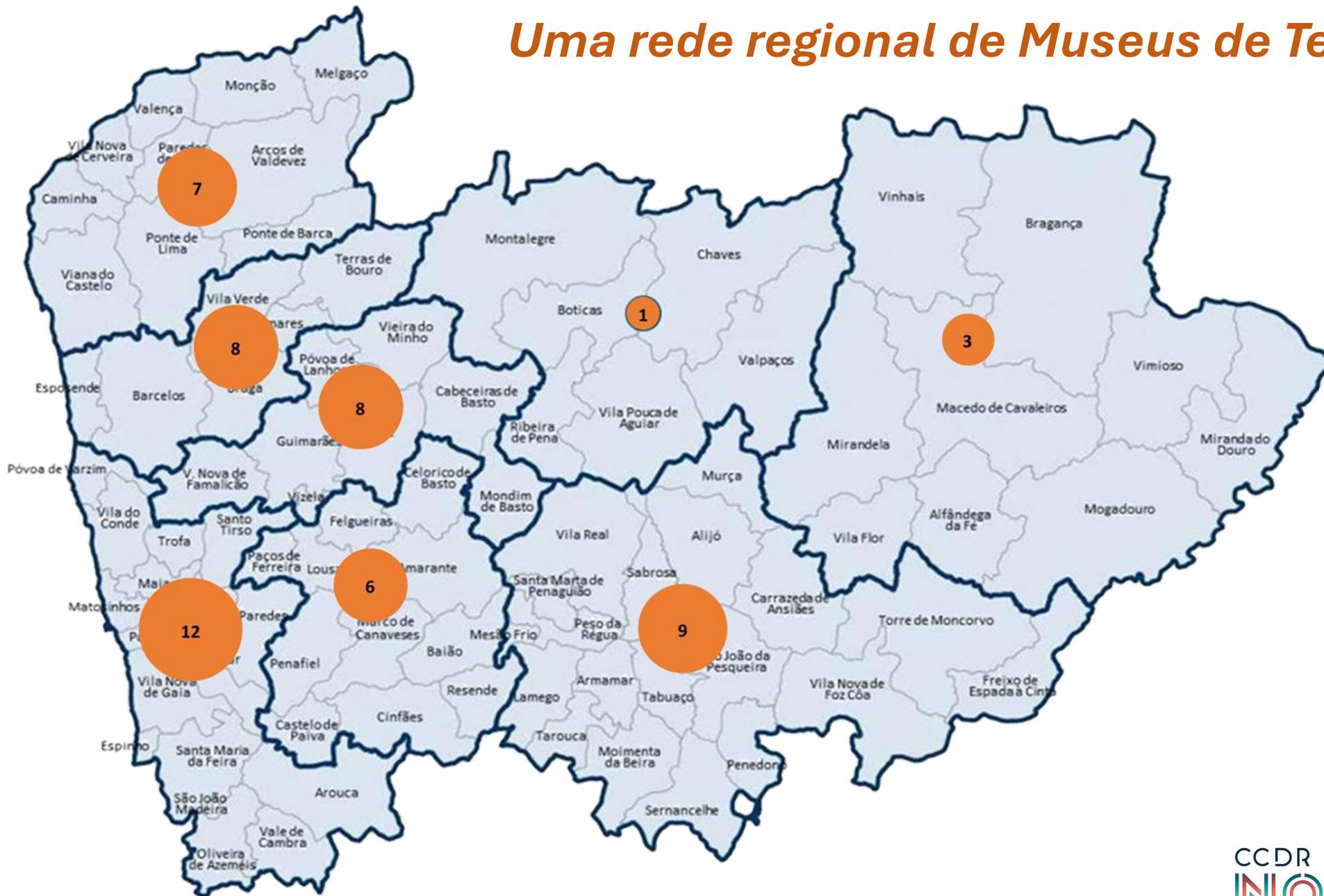
14 Indeferidos

4 Em análise



# Uma rede regional de Museus de Território

Museus de Território – Distribuição NUTS 3



## Rede regional de Museus de Território

- ✓ Grupo de trabalho (2024)
  - ✓ Termos de referência para uma Rede na Região Norte (2024)
  - ✓ Processo de adesão (em curso)
  - ✓ Gestão, dinamização e capacitação
- 
- ✓ AVISO NORTE2030-2024-94 Rede Regional de Museus de Identidade Territorial  
**10 000 000,00 €**





# “Mais Cultura a Norte”

*Projeto de qualificação dos serviços regionais de Cultura e promoção de iniciativas estratégicas*

Financiamento NORTE 2030: 2M€

# VISITAS GUIADAS QUINTA DE SÃO GENS MATOSINHOS

CCDR  
NORTE

## ***“Mais Cultura a Norte”***

- ❑ **“Plano Regional de Intervenções Prioritárias”**
- ❑ **Atlas da Arqueologia Regional**
- ❑ **Comissão de Peritos para o Património Cultural**
- ❑ **Promoção do Património Cultural Imaterial**
- ❑ **Gabinete de Promoção do Empreendedorismo Cultural**
- ❑ **Dinamização de São Gens**
- ❑ **Ciclo de Seminários/Workshops Técnicos**



# CAMILO

A NORTE 200

AGENDA  
INTEGRADA



REDE REGIONAL E  
“AÇÕES CHAPÉU”



# 200 CAMILO A NORTE

ESTRATÉGIA  
DE COMUNICAÇÃO



COPRODUÇÕES  
E ITINERÂNCIAS



## Uma rede de Prescrição Cultural a Norte

*Consórcio regional para capacitar instituições culturais e profissionais de Saúde e Cultura em atividades vocacionadas para promover a saúde, a inclusão e o bem-estar das populações através da cultura e das artes.*

Financiamento NORTE 2030: 1M€



**SERRALVES**



# Uma rede de Arte e Arquitetura Contemporânea a Norte

*Consórcio regional para estruturar, alargar, promover e capacitar uma rede de sítios, bens e instituições de arte e arquitetura contemporânea a Norte.*

Financiamentos NORTE 2030: 3+2M€



# cultura

> PLANOS DE AÇÃO REGIONAL <